



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Parecer nº 102/2018/SUPEL-ASSEJUR

PROCESSO: 0028.014490/2017-70

PROCEDÊNCIA: SEDAM/RO

ASSUNTO: ANÁLISE DO JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 651/2017

OBJETO: Aquisição de 15.000 (quinze mil) Mudras de Castanha do Brasil para atender as necessidades da política de reflorestamento do Estado de Rondônia, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM.

I. INTRODUÇÃO

1. Trata-se de intenção de recurso administrativo interposto tempestivamente pela licitante **PALMIRA DE FÁTIMA MARTINS RIBEIRO - ME** (0892406), e com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.
2. O presente processo foi encaminhado a esta Assessoria a pedido do Senhor Superintendente para fins de análise e parecer.
3. Abrigam os autos o Pregão Eletrônico nº **651/2017/KAPPA/SUPEL/RO**.
4. Foi apresentada contrarrazão pela empresa **LUZIA F CUNHA – ME** (0970176).

II. ADMISSIBILIDADE

5. Em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

III. DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE PALMIRA DE FÁTIMA MARTINS RIBEIRO - ME

6. Em sua intenção de recurso, a recorrente alega que foram apresentados documentos sem comprovações de veracidade, conforme entendimento do TJ/RO, informando que selos utilizados para reconhecimento de firma de contrato de fornecimento apresentados não foram reconhecidas em tempo hábil.
7. Assim sendo, alega que a empresa recorrida descumpriu o item 11.4.4 alínea “b”, referente à apresentação de Balanço Patrimonial.

8. Entende-se que a empresa pleiteia a inabilitação da recorrida.

IV. DA CONTRARRAZÃO DA EMPRESA LUZIA F. CUNHA – ME.

9. A empresa recorrida se manifesta apesar de apontar a falta de apresentação de razões recursais da recorrente.

10. Alega ainda que o sistema não abre prazo para apresentação de contestação no caso de falta de apresentação de razões para contrapor.

11. Entende-se que a empresa pleiteia a manutenção da decisão do pregoeiro.

V. DECISÃO DA CPLO

12. Compulsando os autos, a Comissão decidiu julgar da seguinte forma:

a) **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **PALMIRA FÁTIMA MARTINS RIBEIRO - ME**, permanecendo a decisão de classificação da empresa **LUZIA F. CUNHA - ME**;

VI. PARECER QUANTO AOS ATOS PRATICADOS NA FASE RECURSAL

13. Verificados os requisitos de admissibilidade dos recursos administrativos, quais sejam - tempestividade, legitimidade e interesse -, passamos a análise dos atos praticados na fase recursal.

14. Insurge-se a recorrente **PALMIRA DE FÁTIMA MARTINS RIBEIRO - ME** contra a decisão que classificou a recorrida para o certame.

15. Alega que a empresa recorrida apresentou documento (balanço patrimonial) sem comprovação de veracidade, assim sendo, que os documentos não foram reconhecidos em tempo hábil.

16. Dessa forma, após reanálise criteriosa dos pontos suscitados pela recorrente em intenção de recurso, é mister apontar que observa-se que o balanço patrimonial apresentado nos autos (fl. 6 a 8 do anexo 0892281) fora registrado na junta comercial do Estado de Rondônia, conforme carimbo ao fim da folha, o que o faz ter presunção de veracidade, não cabendo a esta setorial a impugnação de sua veracidade diante de sua evidente fé pública, ficando rasa suas alegações diante da falta de apresentação de razões recursais.

17. Portanto, a situação fática da empresa aponta para o atendimento da finalidade do dispositivo do Edital, qual seja a comprovação de saúde financeira e capacidade de adimplemento das obrigações contratuais.

18. Dessa maneira, não assiste razão à recorrente, devendo ser mantida a decisão do pregoeiro que habilitou a empresa **LUZIA F. CUNHA - ME**, e o prosseguimento nas demais fases da licitação.

8. CONCLUSÃO

19. Por todo o exposto, opino pela manutenção do julgamento da Comissão de Licitação, assim decidindo:

a) **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **PALMIRA DE FÁTIMA MARTINS RIBEIRO - ME**, permanecendo habilitada a empresa **LUZIA F. CUNHA - ME**, para o item 01 do certame;

20. A decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8666/93, que garante a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do

julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

21. Encerrada a fase de julgamento dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazão.

22. Oportunamente, submeter-se-á o presente recurso, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Porto Velho, 14 de março de 2018.

Jennyfer de Lima Barros Lichevski
Matrícula 300143084

Cátia Marina Belletti de Brito
Chefe da Assessoria Técnica
Matrícula 300137922

Lauro Lúcio Lacerda
Procurador do Estado



Documento assinado eletronicamente por **LAURO LUCIO LACERDA, Procurador do Estado**, em 14/03/2018, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jennyfer de Lima Barros Lichevski, Assessor(a)**, em 15/03/2018, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **CATIA MARINA BELLETTI, Chefe de Setor**, em 22/03/2018, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1038481** e o código CRC **CD9BF2D0**.